

Bolsa de Emprego | Abril de 2017

Nome: Pedro José Taveira Cardoso Teixeira
Habilitações Literárias: Licenciatura em História
Experiência Profissional: Consultoria, Docente

Nome: Bruno Daniel Lopes Fernandes
Habilitações Literárias: Licenciatura em Gestão
Experiência Profissional: Técnico de Contabilidade; Responsável por Serviços Administrativos

Nome: Teresa Leonor Ribeiro Urbano de Araújo da Silva
Habilitações Literárias: Técnica de Animação
Experiência Profissional: Empregada de balcão, Auxiliar de educação, Ajudante em restauração

Nome: Maria Fernandes Garcia Ribeiro
Habilitações Literárias: 4º ano
Experiência Profissional: Empregada Fabril, Varredora de ruas

Nome: Aldina Soares Domingues
Habilitações Literárias: Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas
Experiência Profissional: Responsável de Recursos Humanos, Tradução, Logística

Nome: Liliana Sofia Azevedo Soares
Habilitações Literárias: 9º ano
Experiência Profissional: Restauração

Nome: Maria Teresa Gomes Alves
Habilitações Literárias: 4º classe
Experiência Profissional: Auxiliar Idosos

Nome: Iara Santos da Silva
Habilitações Literárias: 11º ano
Experiência Profissional: Atendimento ao público, Experiência em hotel, Ajudante de cozinha

Nome: Vanessa da Silva Guimarães
Habilitações Literárias: Mestrado em Comunicação e Marketing
Experiência Profissional: Administrativa, Comercial

Nome: Sara Simões Saldanha
Habilitações Literárias: Licenciatura em Serviço Social
Experiência Profissional: 1º Emprego

Nome: Nuno Filipe Cândido Vaz
Habilitações Literárias: Licenciatura em Economia
Experiência Profissional: Gestor Comercial, Responsável Administrativo e Financeiro

Nome: Cindy Póvoa Cardoso
Habilitações Literárias: 9º ano
Experiência Profissional: Caixa, Comercial em imobiliária, Gerente de loja

Nota: Para mais informações sobre os candidatos da Bolsa de Emprego, por favor contacte o GIP - Gabinete de Inserção Profissional.

Contactos: 231 516 761 | gip@acib.pt

A ACIB informa que tem os seguintes serviços ao dispôr dos Associados:

Fotocópias | fax | Internet | aluguer de salas | aluguer de equipamento audiovisual | serviço de dobragem e envelopagem de correspondência | venda de Livros de Reclamações | venda de Livretes Individuais de Controlo para Condutores



ACIB - Associação Comercial e Industrial da Bairrada

Sede:
Espaço Inovação - Z. Industrial de Vila Verde, Ap. 235 | 3770-305 Oliveira do Bairro | T. 234730320 | acib@acib.pt

Delegação:
Edifício da Proximidade | Praça da Juventude | 3780-323 Anadia | T: 231516761 | anadia@acib.pt

www.acib.pt



Abril de 2017



ACIB | Workshops e Formação Profissional da ACIB para Abril e Maio

A ACIB vai promover vários seminários e acções de formação durante os meses de Abril e Maio, que irão decorrer tanto na sede da Associação, em Oliveira do Bairro, como na delegação, em Anadia.

Seminários	Data	Local
- Ciclo de Workshops Outlook - Gestão Eficaz da Comunicação, Contactos e Tempo		
- Outlook – Envio e gestão de e-mails	19/04	O. Bairro
- Word + Excel + Outlook – Impressão em série e envio de newsletters simples	28/04	O. Bairro
- Planeamento de actividades e gestão do tempo utilizando o Outlook	05/05	O. Bairro
- Ferramenta 5S	04/05	O. Bairro
- Aspectos relevantes na cessação do contrato de trabalho	11/05	O. Bairro
Formação Profissional		
- Formação Pedagógica de Formadores/CCP	21/04	O. Bairro
- Técnico Comercial - Medida Vida Ativa	02/05	O. Bairro
- Representante do empregador, empregador ou trabalhador designado para o desempenho de actividades de segurança e saúde no trabalho	05/05	O. Bairro
- Manipuladores de Carnes - Renovação	08/05	Anadia
- Manipuladores de Carnes - Iniciação	22/05	Anadia
- Os Sistemas de Gestão e a ISO 9001:2015 - Preparar a Transição		O. Bairro
Formação Profissional Online		
- Benefícios Fiscais em IRC	03/04	
- O regime legal da adaptabilidade, banco de horas e horário concentrado	04/04	
- Como elaborar um Plano de Negócios	18/04	
- Ajudas de Custo e Quilómetros - Regime Fiscal em IRC	18/04	

A participação nestas acções e seminários é considerada para efeitos do cumprimento do dever de formação contínua a cargo da entidade empregadora (art.º 131 da Lei 7/2009 de 12 de Fevereiro).

Para mais informações e/ou inscrições, contacte a ACIB através do telefone 234 730 320 ou via o e-mail: acib@acib.pt.//

IMI aumenta 2,25% para comércio e serviços

Os proprietários de prédios industriais, de comércio ou serviços vão pagar um Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) mais elevado este ano.

2,25%, uma subida que decorre da actualização extraordinária do imposto, prevista no Orçamento do Estado para 2016.

Segundo o OE 2016, o VPT dos edifícios industriais, comerciais e de serviços passa a ser revisto de três em três anos, e dependerá dos coeficientes de desvalorização da moeda. Ao mesmo tempo, o valor fiscal dos imóveis actualizado entre 2012 e 2015 terá uma actualização extraordinária de 2,25%.

Esta subida acontece com a actualização extraordinária do imposto, prevista no Orçamento do Estado para 2016.

A factura, que terá de ser paga durante este mês, será mais elevada porque o Valor Patrimonial Tributário (VPT) dos imóveis será actualizado, de forma automática, pelas Finanças.

O valor, referente ao ano passado, deverá aumentar

Os imóveis só voltarão a ser avaliados em 2019.//

AACIB recorda que, de acordo com a Portaria 55/2010, de 21 de Janeiro, as entidades empregadoras com um ou mais trabalhadores ao seu serviço devem elaborar, para cada um dos seus estabelecimentos, e proceder à entrega obrigatória do Relatório Único até 15 de Abril.//

Redução do Pagamento Especial por Conta

AACIB informa que foi publicada a Lei n.º 10-A/2017, que adopta uma medida transitória de redução do Pagamento Especial por Conta (PEC) previsto no art.º 106.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

De acordo com o diploma, que entrou em vigor a 30 de Março, o PEC, a pagar pelos sujeitos passivos nos períodos de tributação que se iniciem em 2017 e em 2018, beneficia das seguintes reduções: redução de 100€ sobre o montante apurado nos termos do artigo 106.º do Código do IRC; e redução adicional de 12,5 % sobre o montante que resultar da aplicação da alínea anterior.

Beneficiam destas reduções os

sujeitos passivos que, no período de tributação iniciado em 2016, tenham pago ou colocado à disposição rendimentos do trabalho dependente a pessoas singulares residentes em território português num montante igual ou superior a 7.420€.

O disposto no diploma é apenas aplicável aos sujeitos passivos que, na data de pagamento de cada uma das prestações do PEC, tenham a sua situação tributária e contributiva regularizada.

Os sujeitos passivos que ainda não tenham procedido ao pagamento do PEC, relativo a 2016, deverão fazê-lo conforme o estipulado no novo regime

resultante da entrada em vigor da lei mencionada, quando lhes seja aplicável.

Os sujeitos passivos que optem pelo pagamento em duas prestações, e já tenham procedido ao pagamento da primeira prestação, podem deduzir ao valor da segunda prestação o valor pago em excesso na primeira.

Em alternativa a este procedimento, os sujeitos passivos que já tenham efetuado o pagamento podem ainda reclamar do valor do PEC pago em excesso, nos termos do artigo 137.º do CIRCI, no prazo de 30 dias contados da data da entrada em vigor da nova lei.//

Transição ISO 9001 e ISO 14001 | Até 15 de Setembro de 2018

As duas normas de sistemas de gestão mais utilizadas mundialmente foram revistas, com melhorias significativas para os sistemas de gestão da qualidade e ambiente das organizações. As novas versões da ISO 9001 e ISO 14001 foram publicadas a 15 de Setembro de 2015 e as organizações devem adaptar os seus sistemas de gestão em conformidade, pois existem alterações que podem ser significativas.

Prazos para a Transição

Durante 3 anos após a publicação das normas as duas versões estarão em vigor (ISO 9001 de 2008 e 2015 e ISO 14001 de 2004 e 2015), pelo que coexistirão até ao dia 15 de Setembro de 2018. A partir daí apenas estarão em vigor as novas versões. Durante o período de transição, as organizações decidem por que versão de cada norma pretendem realizar as auditorias.

No entanto, até dia 15 de Setembro de 2018 as organizações certificadas devem realizar uma auditoria de transição, para manterem os seus certificados válidos. É aconselhável que a auditoria de transição coincida com uma auditoria do ciclo e certificação.

A AACIB vai promover uma acção de formação sobre Os Sistemas de Gestão e a ISO 9001:2015 - Preparar a Transição, que irá decorrer em Maio, na sede da Associação no Espaço Inovação em Oliveira do Bairro, com os objectivos de dar a conhecer as principais alterações ocorridas nos normativos ISO 9000 e ISO 9001:2015; identificar e saber aplicar os modelos de gestão que incorporem as alterações promulgadas e saber como adequar e planear as mudanças a realizar nos sistemas de gestão actuais. //

Guia de transporte | Perguntas essenciais

A guia de transporte é um documento de transporte que deve acompanhar a circulação em Portugal dos bens envolvidos em operações efectuadas por sujeitos passivos de IVA.

O que são bens de circulação? São os materiais que se encontram fora dos locais de produção, transformação ou exposição nos estabelecimentos de venda. Incluem-se ainda os bens encontrados nos veículos no acto de descarga ou transbordo, ou bens expostos para venda em feiras e mercados.

É obrigatório emitir e comunicar um documento de transporte? Em geral, sim. Porém, quando o remetente se encontra noutro país da União Europeia ou em países terceiros, não é obrigatório comunicar à AT. Tal também sucede com as mudanças de instalações (do activo imobilizado), o transporte de resíduos sólidos urbanos, taras e embalagens retornáveis. Os bens agrícolas de produção própria ou as amostras para oferta também estão excluídas. Contudo, é necessário provar a origem da mercadoria por intermédio de uma declaração da empresa.

Quem tem de processar a guia de transporte e quando? Os documentos de transporte são processados pelos sujeitos passivos de IVA que sejam remetentes dos bens e pelos detentores dos bens, antes do início da circulação.

Quem é obrigado a comunicar a guia de transporte e como? Todos os sujeitos passivos com volume de negócios superior a 100 mil euros são obrigados a comunicar os documentos de transporte, por transmissão electrónica de dados, ou através de serviço telefónico.

É necessário comunicar os documentos de transporte antes de sair com a mercadoria mesmo circulando com a guia? Sim, é sempre necessário comunicar os documentos de transporte com softwares certificados ou por telefone.

Que elementos deve conter a guia de transporte? Segundo o artigo 4º do Regime de Bens em Circulação, a guia ou documento de transporte deve conter obrigatoriamente:

- Nome, firma ou denominação social, domicílio ou sede e número de identificação fiscal do remetente dos bens;
- Nome, firma ou denominação social, domicílio ou sede do destinatário ou adquirente dos bens; Número de identificação fiscal do destinatário ou adquirente, quando este seja sujeito passivo de IVA (art.º 2.º do CIVA);
- Menção, sendo caso disso, de que o destinatário ou adquirente não é sujeito passivo de IVA;
- Designação comercial dos bens, com indicação das quantidades;
- Locais de carga e descarga;
- Data e a hora em que se inicia o transporte.

Quando a guia não é processada por computador deve ainda apresentar: Referência à autorização ministerial relativa à tipografia que os imprimiu; A numeração atribuída; Os elementos identificativos da tipografia, nomeadamente a designação social, sede e número de identificação fiscal.

Existem diferenças entre guia de remessa e guia de transporte? Não existem diferenças entre a guia de transporte e a guia de remessa, a nível de conteúdo. Ambas podem ser utilizadas segundo os seus usos comerciais.

Que documentos são considerados documentos de transporte? Qualquer documento será considerado um documento de transporte se apresentar os elementos obrigatórios.

Consideram-se documentos de transporte: a factura; a guia de remessa; a guia de transporte a nota de devolução; o documento equivalente (guia de movimentação de activos próprios; guias de consignação; folha de obra ou outros).

Uma factura simplificada pode servir como documento de transporte? Não, uma vez que não contém os elementos referidos no n.º 5 do artigo 36.º do CIVA, a indicação dos locais de carga e descarga, a data e hora em que se inicia o transporte.

O que é uma guia de transporte global? Trata-se de um documento que é emitido quando o destinatário dos bens não é conhecido, no momento da saída dos bens. A emissão deste documento obriga à emissão de um documento de entrega do bem ao destinatário ou, de registo em documento próprio no caso de saída de bens a incorporar em serviços prestados pelo remetente.//